

## **GESTÃO DOS PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: A PESQUISA-AÇÃO E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO MUNICÍPIO DE MARATAÍZES-ES**

Maria José Carvalho Bento  
UFES/PPGEEDUC  
zeze56@gmail.com

Mariangela Lima de Almeida  
UFES/ PPGEEDUC /PPGMPE  
mlalmeida.ufes@gmail.com

Renata Rocha Grola Lovatti  
PMM/SEMED  
renatalovatti@hotmail.com.br

Grupo de Pesquisa: GRUFOPEES

Eixo temático: Formação de Professores.  
Pôster de Pesquisa

**Resumo:** Este artigo trata das primeiras discussões e apontamentos referentes ao projeto de pesquisa elaborado para o Programa de Pós-Graduação em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores que busca responder a questão: qual a contribuição que a pesquisa-ação colaborativo-crítica pode proporcionar no sentido da consolidação do movimento de elaboração da política para Educação Especial e a formação continuada da rede municipal de Marataízes? Objetiva analisar e colaborar com os gestores públicos de Educação Especial no processo de elaboração do projeto político de Educação Especial por meio de ações para formação continuada com profissionais da educação da rede municipal de ensino de Marataízes/ES. Fundamenta-se nos pressupostos habermasianos do Agir Comunicativo que sustenta as perspectivas teóricas, epistemológicas e metodológicas adotadas. Propõe-se, pela via da pesquisa-ação colaborativo-crítica realizar a pesquisa em dois momentos: no primeiro, colaborar com gestores/professores que atuem em diferentes níveis e modalidades da educação por meio de grupos de estudo-reflexão em uma perspectiva colaborativo-crítica para os processos de formação continuada; e no segundo momento colaborar/acompanhar o processo de elaboração de uma política pública para formação continuada de docentes, bem como seus atravessamentos com a formação continuada de profissionais da Educação Especial e os processos de atendimento aos alunos PAEE na perspectiva da inclusão escolar. Nesses momentos utiliza-se a estratégia do grupo focal e análise documental para compreender e analisar a organização dos trabalhos. Esta pesquisa encontra-se no início e apresenta indicativos para necessidade de elaboração de documentação normativa para o atendimento ao aluno PAEE.

**Palavras chaves:** Formação Continuada, Educação Especial, Pesquisa-ação Colaborativo-Crítica.

### **Palavras iniciais**

No Brasil, a partir de reformas no início da década de noventa, marcado pelo discurso esperançoso decorrente dos direitos sociais conquistados na Constituição Federal de 1988 (MENDES, 2010), a educação como direito de todos está expressa no artigo 206, inciso I, como um dos princípios para o ensino, a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988).

Nesse contexto histórico, os formuladores da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva – MEC/SEESP/2008 - destacam que “[...] as políticas educacionais não alcançaram o objetivo de levar a escola comum a assumir o desafio de atender as necessidades educacionais de todos os alunos” (BRASIL, 2008, p. 15). Então, a política passa a definir como público-alvo da Educação Especial (PAEE) os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Em 2009, a Resolução n°. 4 institui diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para esse público, destacando as atribuições do docente que realiza esse atendimento (BRASIL, 2009).

Em âmbito nacional, nas últimas décadas, proposições e leis passam a exigir dos estados e municípios políticas públicas assegurando a educação dos sujeitos da Educação Especial no ensino comum. Estudos que analisam esse movimento em municípios brasileiros (PRIETO, PAGNEZ, GONZALEZ, 2014; LOUREIRO, CAIADO, 2013; GONÇALVES, 2008; ALMEIDA, JESUS, CUEVAS, 2013) indicam a busca do órgão gestor municipal em efetivar as reformas propostas em seus sistemas de ensino.

No Espírito Santo, pesquisas recentes em Educação Especial apontam fragilidades dos processos de gestão pela gestão da Educação Especial nos municípios capixabas em construir e executar propostas para formação continuada de profissionais da educação na perspectiva da inclusão escolar (JESUS, 2008; ALMEIDA, VIEIRA, SILVA, 2013).

No conjunto, os estudos produzidos no estado, bem como no País, têm apontado dificuldades no estabelecimento de políticas garantindo escolarização às pessoas público-alvo da Educação Especial - PAEE nas classes comuns das escolas regulares, objeto desta pesquisa.

O Grupo de Formação, Pesquisa-ação e Gestão em Educação Especial (Grufopees), formado por gestores públicos de Educação Especial, pesquisadores e alunos de graduação e Pós-graduação da UFES vem pesquisando desde 2013 pela via do grupo estudo-reflexão. No período 2018-2020 inicia uma nova frente investigativa intitulada “Formação de profissionais da Educação e Pesquisa-Ação – Perspectivas e Práticas para a Educabilidade das Pessoas Público-Alvo da Educação Especial”. A pesquisa busca analisar/colaborar com a formação de profissionais da educação na perspectiva da inclusão escolar dos alunos público-alvo da Educação Especial em contextos capixabas (redes municipal e estadual de ensino) pela via pesquisa-ação autorreflexão organizada e compreender processos e concepções sobre formação de profissionais da educação pela pesquisa considerando a educabilidade dos mesmos em contextos nacionais.

Assim, em diálogo com os estudos e pesquisas do grupo, trazemos apontamentos iniciais do projeto de pesquisa que propõe adensar o corpus de conhecimento produzido acerca dos processos de formação continuada de professores para o atendimento dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no município de Marataízes, buscando ainda colaborar com os gestores públicos de Educação Especial no processo de elaboração do projeto político de Educação Especial por meio de ações de formação continuada com profissionais da educação da rede municipal de ensino. Entendendo assim, a relevância social dessa contribuição para Rede de Ensino de Marataízes, na discussão da temática da Educação Especial para a formação continuada dos profissionais (gestores, diretores, professores e pedagogos) e ao atendimento do aluno PAEE.

Desse modo, o artigo se organiza em quatro tópicos: o primeiro que acabamos de apresentar contextualiza a temática; no segundo, um breve diálogo com o referencial teórico, no terceiro, traz-se o referencial teórico-metodológico e os

procedimentos da pesquisa; no quarto o desenvolvimento da pesquisa até o momento e no quinto último, apresenta-se as considerações finais.

### **Dialogando com o referencial**

Para investigação proposta, nosso olhar se apoia nos pressupostos habermasianos<sup>1</sup> do **agir comunicativo** (HABERMAS, 2012) e **teoria do discurso** segundo a qual a soberania não se localiza em nenhum sujeito concreto: está dispersa na ampla rede comunicativa perpassando a esfera pública, que gera o poder comunicativo, capaz de neutralizar o poder social dos grupos de pressão e formar opinião pública que orienta as decisões.

Assim, adota-se os conceitos de *mundo da vida* – nas reuniões e grupos focais para compreensão das diferentes realidades, *pretensão de validade/intencionalidade* respeitando reciprocamente a realidade de cada envolvido e *esfera pública de poder* - para compreensão das políticas e realidades sociais.

Considera-se neste contexto, que na *teoria do agir comunicativo* Habermas (2012) visa também os fundamentos da teoria social, da análise da democracia, do Estado de direito e da política contemporânea, o que pode ampliar as questões frente à discussão sobre inclusão social.

Essa escolha teórica tem como um dos principais fundamentos constituir os participantes da pesquisa, a partir dos estudos e da investigação, pesquisadores críticos e reflexivo que “[...] não impõe seu saber às ações que investiga [ele] requer ações-participantes que colaborem na organização de sua própria educação” (ALMEIDA, 2010, p. 64-65).

### **Percurso teórico-metodológico: caminhos da pesquisa**

A pesquisa, de natureza qualitativa, tem suas bases epistemológicas e metodológicas que se sustentam na crítica emancipatória e na colaboração entre pesquisadores e participantes. Assim, para essa pesquisa toma-se a pesquisa-

---

<sup>1</sup> Filósofo e sociólogo alemão.

ação colaborativo-crítica como opção teórico-metodológica que, conforme Carr & Kemmis (1988) se constitui investigação emancipatória, que vincula teorização educacional e prática à crítica, em processo que se ocupa simultaneamente da ação e da investigação.

Para tanto, os procedimentos metodológicos compõem-se de quatro fases: a submissão ao Comitê de Ética; levantamento e análise documental, grupo focal e o acompanhamento e colaboração nos grupos de estudo-reflexão. Utiliza-se como instrumento de coleta de dados documentos formais fornecidos pela gestão e gravadores de voz.

Com base nos princípios da pesquisa-ação colaborativo-crítica, assumimos perspectiva intersubjetiva nas relações pesquisadores-atores do contexto educativo. Implicando na participação de gestores e profissionais (diretores, professores e pedagogos) da Rede Municipal de Educação localizada no município de Marataízes – ES, que se configuram os sujeitos dessa pesquisa.

Para o procedimento de análise de dados nos apoiaremos na Análise de Conteúdo de Bardin, utilizando os textos produzidos na pesquisa (transcrições e diário de campo) e os documentos formais (resoluções, decretos, Plano Municipal de Educação, edital de seleção de professores, entre outros), categorizando por temática da forma que melhor dialogue com a realidade do município. Assim a análise “[...] procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruçam (BARDIN, 1977, p. 44)”.

### **Contextualizando o momento atual da pesquisa**

Nesse momento da pesquisa traz-se alguns dados parciais referentes ao mapeamento das políticas municipais, que buscou mapear e analisar as legislações sobre inclusão escolar de pessoas com deficiência, a estruturação e organização do setor de Educação Especial e ações para a formação continuada de professores da Educação Especial que estão em desenvolvimento no município.

Sobre o mapeamento das políticas municipais podemos apontar com relação aos documentos levantados (Regimento da Educação do Município, Plano Municipal de Educação, Projeto de gestão e Formação de Educação Especial) que há necessidade de elaboração de documentação normativa para o atendimento ao aluno PAEE e com relação a formação continuada para os profissionais que atendem a esse público.

Em reunião com as gestoras, realizada na UFES, observa-se que há uma preocupação quanto a regularização das normas/ações municipais quanto a sua formalidade legal, situação que se evidencia na fala da gestora quando relata sobre o objetivo das ações que pretendem desenvolver:

[...] articular o processo de formação continuada dos gestores e dos professores de toda rede, associado a sistematização do documento normativo contendo os processos pedagógicos e as diretrizes (informação verbal)<sup>2</sup>.

Entendemos a preocupação dos gestores, pois considera que há uma necessidade de elaboração das normas municipais. Nesse sentido, concordamos com Cabral (2016, apud Habermas, 2012) quando diz que “[...] atuar, em qualquer caso, na formulação e implantação da legislação e das políticas públicas, promovendo a “estruturação pedagógica” da educação nacional (p. 887)”, nos convoca a investigar situações que se “[...] constituam *experiências comunicativas indissociáveis na realização do projeto moderno de emancipação* (p. 873)”.

Nesse momento da pesquisa temos em mãos os documentos fornecidos pelo gestores e outros que buscamos no site da administração municipal de Marataízes. O Termo de Anuência para Autorização da Pesquisa já foi assinado pelo secretário municipal de Educação e aguardamos o parecer final do Comitê de Ética.

Ressalta-se que para a formação continuada de professores da Educação Especial a gestão iniciou ações de escuta dos profissionais da rede de Ensino,

---

<sup>2</sup> Reunião de 14/11/2017

sendo realizadas em grupos por segmentos (professores regentes, professores especialistas, diretores, pedagogos e técnicos da Semed<sup>3</sup>) totalizando nove grupos.

Portanto, evidenciamos os três grupos com os professores especialistas que levantaram os anseios e demandas para a elaboração política de Educação Especial que terá a sua constituição pela via de grupos estudos-reflexão. Considera-se que os grupos de estudos terão um caráter formativo,

De modo parcial, os resultados até o momento, mostram o levantamento obtido nas escutas dos professores da Educação Especial e apontam que há necessidade de elaboração de documentação normativa referente a modalidade, sobretudo o atendimento ao aluno PAEE e a formação continuada dos profissionais da área.

### **Palavras finais**

O objetivo desse artigo consistiu-se na apresentação do projeto de mestrado que visa a analisar e colaborar com os gestores públicos de Educação Especial no processo de elaboração do projeto político de Educação Especial por meio de ações para formação continuada com profissionais da educação da rede municipal de ensino de Marataízes/ES.

Apostamos que a partir da autorreflexão organizada, gestores e equipe da universidade possam constituir-se uma comunidade autocrítica de pesquisadores que investigam suas concepções e ações, em busca da compreensão e transformação das políticas postas. E com intenção firme de contribuir no avanço do conhecimento sobre a gestão pública em Educação Especial.

Considerando o cenário atual da política brasileira, em que as verbas para educação estão sendo reduzidas, os diálogos com as bases esvaziados, e ainda, as articulações “temerosas” para implementar reforma na atual Política Nacional

---

<sup>3</sup> Secretaria Municipal de Educação

de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEP-EI), torna-se desafiador a oportunidade de estarmos juntos à gestores públicos de Educação buscando alternativas para a escolarização, sobretudo dos alunos PAEE.

Assim, a pesquisa segue...

## Referências

ALMEIDA, M. L. de. **Uma análise da produção acadêmica sobre os usos da pesquisa-ação em processos de inclusão escolar**: entre o agir comunicativo e o agir estratégico. 2010. 234 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

ALMEIDA, M. L.; JESUS, D. M.; CRUCES, M. R. C. Formação continuada de gestores públicos de educação especial pela via da pesquisa-ação: o caso da região sudeste e do Caparaó/ ES. In: LOPES VICTOR, Sonia; DRAGO, Rogério; PANTALEÃO, Edson (Org.). **Educação especial no cenário educacional brasileiro**. São Carlos: Pedro João Editores, 2013, p. 101-126.

ALMEIDA, M. L.; VIEIRA, A. B.; SILVA, R. R. Formação Continuada nos Municípios Capixabas: processos constituídos pelos gestores públicos em educação especial. IN: Lima-Rodrigues, L. & Rodrigues, D. (Orgs.). Atas do III Congresso Internacional “Educação Inclusiva e Equidade”. Almada, Portugal, de 31 de outubro a 2 de novembro de 2013, Pró-Inclusão: Associação Nacional de Docentes de Educação Especial.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Constituição federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 20 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: CNE/CEB, 2009.

CABRAL, G. P. Educação na e para a democracia no Brasil: Considerações a partir de J. Dewey e J. Habermas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, nº. 136, p.873-889, jul.-set., 2016.

CARR, W; KEMMIS, S. **Teoría crítica de la enseñanza: la investigación-acción en la formación del profesorado**. Tradução de J. A. BRAVO. Martinez Roca. Barcelona: Editora, 1988.

GONÇALVES, A. F. S. **As políticas públicas e a formação continuada dos professores: na implementação da inclusão escolar no município de Cariacica**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**. Vol 1 e 2. Trad. Paulo A. Soethe. Revisão de Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

JESUS, D. M.; O que nos impulsiona a pensar a pesquisa-ação colaborativo-crítica como possibilidade de instituição de práticas educacionais mais inclusivas? In: BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M. (Org.). **Educação especial: diálogo e pluralidade**. Porto Alegre: Mediação, 2008. p. 139-160.

MENDES, E. G. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, v. 22, n. 57, p. 92-106, mayo-agosto, 2010.

PRIETO, R. G; PAGNEZ, K. S. M, M; GONZALEZ, R, K. Educação especial e inclusão escolar: tramas de uma política em implantação. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 725-743, set. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S217562362014000300006&lng=pt&nr\\_m=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217562362014000300006&lng=pt&nr_m=iso)>. Acesso em: 19 abr. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S2175-62362014000300006>